

Conclusão:

Esta dissertação procurou demonstrar a possível importância de uma análise menos normativa dos grupos considerados como “terroristas” e/ou “revolucionários”, não somente a partir das definições relacionadas a estes pontos de partida, mas, também, simplesmente enquanto formas legitimadas e autorizadas de organização política inseridas em um domínio de competição entre outras agências, assim como acontece nas organizações oficiais estatais e privadas analisadas nos trabalhos de Jef Huysmans. É defendida a ideia de que ferramentas teóricas inspiradas em sua teoria podem, igualmente, ser utilizadas de maneira bem sucedida nas análises de grupos “não-estatais” ou “não-oficiais” que apresentam mais semelhanças com os processos de disputas “estatais” ou “oficiais” do que estas gostariam de admitir – o que, naturalmente, faz parte do processo de legitimação e deslegitimação que garante seu *status*.

Esta pesquisa procurou analisar, desta maneira, um dos muitos aspectos do movimento republicano, se debruçando sobre três eventos específicos da história da Irlanda do Norte. Dois momentos foram analisados concomitantemente no segundo capítulo: a competição entre as facções rivais internas ao IRA que teve como consequência o racha de 1969/70 gerando o OIRA e o PIRA – e, posteriormente, o INLA – e a competição, no contexto da escalada da violência local, entre as diferentes agências de segurança – OIRA e PIRA – e entre estas e as agências críticas à securitização dos problemas sociais da Irlanda do Norte – a NICRA e o SDLP. O terceiro capítulo procurou analisar tanto as tensões internas ao IRA, pela definição de uma política de ação com relação ao problema dos prisioneiros, quanto os momentos de coordenação entre as agências rivais de segurança e as críticas à securitização no que diz respeito aos protestos dos prisioneiros e à candidatura de Bobby Sands que tanto fortaleceu o *Sinn Féin*.

Nenhuma destas organizações pode ser reduzida a uma agência de segurança, mas o recorte analítico feito por esta dissertação procurou levar em conta este aspecto específico: a analogia do IRA (e outros grupos) com agências

de segurança. Esta análise não deve ser considerada como definitiva, já que só abrange um pequeno aspecto de um complexo movimento popular, que deve ser levado em conta em sua complexidade simbólica e prática.

Este estudo específico procurou manter em mente três aspectos inspirados a partir da teoria de Huysmans: a importância da análise das práticas, discursivas e tecnocratas, que promovem uma reflexão acerca da agência nos estudos de segurança; a centralidade, para tal, do foco nas histórias institucionais que possibilitam a dissecação destas práticas; e a questão da racionalidade ou lógica de segurança, de onde as práticas discursivas e burocratas emergem. Perpassando tudo isto está a noção, derivada do pensamento de Walker, de que as práticas políticas, sejam espetaculares ou burocratas, refletem a imaginação política de cada agência.

Em termos da imaginação política, o IRA não pode ser visto somente como terrorista ou inexoravelmente como revolucionário. Ainda que o discurso que apele para tradições revolucionárias históricas de grande capacidade de mobilização, na prática, o exército republicano hegemônico a partir de 1969, é bem diferente, como acontece em todos os movimentos políticos e nos discursos oficiais em geral. Não se pode descartar o papel que os ideais têm na legitimação e manutenção do movimento, mas há ainda outros lados nestas complexas relações sociais que moldam o movimento.

Por um lado, as motivações dos voluntários e da base de apoio do movimento está muito mais relacionada a questões de (in)segurança do dia-a-dia. O estímulo para a entrada no movimento é, principalmente, uma resposta às agressões sofridas nas ruas, e não um ideal revolucionário, seja socialista ou nacionalista. Desta forma, a legitimidade e a autoridade do IRA está, também, na proteção das vizinhanças nacionalistas na Irlanda do Norte. Se o Sul queria implementar mudanças de cunho esquerdista, através da educação de sua base (tradicionalista e conservadora), e mudar a política de abstencionismo (que gerou grandes críticas no Sul), o Norte não se mostrava especialmente preocupado com questões puramente ideais, e sim com a falha do IRA em proteger sua população. É claro que isto não descarta o papel que os ideais têm na manutenção e legitimação de suas políticas em seus voluntários. As questões da falta de direitos

civis, do desemprego desigual, da política dúbia de moradia eram questões tratadas em grande parte, durante a escalada da violência, a partir de uma racionalidade de segurança e, quando o IRA não cumpre sua função de proteção, sua legitimidade é perdida, causando um racha e a criação do PIRA que viria suprir a incapacidade técnica do exército republicano e resgatar o peso da tradição do movimento, em oposição às mudanças que haviam sido propostas.

Os voluntários do Norte não estão exclusivamente preocupados com o tipo de Estado, de Irlanda unida, que eles deveriam almejar, mas, em primeiro lugar, com a proteção de suas próprias casas e de suas rotinas. Desta forma, o IRA pode ser relacionado também com uma agência de segurança legítima. A revolução e a libertação nacional estão presentes mais na retórica do que nas práticas neste momento de crise. A suposta proteção e competência organizacional dão ao IRA grande legitimidade frente aos seus rivais, tanto armados quanto aqueles que criticam o uso da lógica de segurança para lidar com os problemas civis. Novamente, é importante lembrar que este se trata de somente um dos aspectos de legitimação do IRA. A falta de estrutura, desorganização e excesso de democracia da NICRA - a associação pelos direitos civis, que conseguiu mobilizar um grande número de pessoas a partir de 1968 – impedem que esta mantenha uma política constante e coerente de ação que fizesse frente à repressão violenta dos governos local e britânico, ou aos ataques sectários – promovidos tanto pelo governo quanto por grupos não oficialmente ligados a ele.

A NICRA não consegue competir com o IRA e acaba tendo sua legitimidade diminuída no movimento de oposição à política britânica e um dos inúmeros motivos da derrota da associação pelos direitos civis foi a capacidade de proteção e revide que o IRA tinha. O Domingo Sangrento em Derry, quando o exército da coroa abre fogo contra uma manifestação pacífica pelos direitos civis e pelo direito de protestar, fez com que a população se voltasse para o IRA e o autorizasse ainda mais.

Juntamente com o SDLP – ainda que houvesse insistência em sua neutralidade política – a NICRA não conseguiu fazer frente ao *Sinn Féin* e reivindicar seu direito à memória do Domingo Sangrento. Em busca do purismo democrático “apolítico” e, justamente para demonstrar o repúdio à violência e

evitar tumultos, a NICRA se retrai e promove a celebração do primeiro aniversário da tragédia de maneira por demais neutra, pequena e digna. Já o *Sinn Féin* promove uma nova marcha – que todos sabiam que fatalmente iria terminar em repressão e revoltas, como todas as marchas – que percorreria o mesmo itinerário da marcha original em memória dos 14 inocentes assassinados pelo exército britânico, enquanto, ao mesmo tempo, promovia debates onde seus rivais nacionalistas pacifistas eram impiedosamente criticados por sua permissividade diante dos abusos do império. A marcha original, que não havia sido organizada de maneira alguma pelo *Sinn Féin*, mas sim em oposição justamente ao uso da violência, passa a ser associada, ano após ano, ao *Sinn Féin* e ao IRA, que se tornara uma saída possível para a contenção da violência e da repressão, e o veículo de vingança da morte daqueles inocentes no massacre de Derry.

Assim, e em se focando este aspecto, é possível ver a competição interna das “agências de segurança” – as rupturas que dão origem ao OIRA, PIRA e INLA – e das agências críticas à securitização dos problemas locais – os incontáveis grupos diferentes que formam a NICRA e SDLP – pela definição das agendas políticas destas organizações, e, conseqüentemente, suas diferentes imaginações do político e do que deveria ser uma comunidade política. A competição por legitimidade e autoridade internas se dá através tanto das práticas políticas discursivas, espetaculares, quanto das práticas políticas tecnocratas - e a competência ou incompetência que emprestam legitimidade nas rotinas das organizações.

Da mesma maneira, neste ângulo específico, se pode analisar a competição externa entre estas diferentes agências após os rachas e as diferentes agências críticas ao enquadramento dos problemas locais enquanto questão de (in)segurança pela legitimidade e definição da agenda a ser seguida pelo movimento. Durante este período de grande violência na Irlanda do Norte, um dos itens com maior apelo à autorização das agências foi a questão da segurança e da violência, e o PIRA se provou mais bem preparado do que seus rivais, tanto pacíficos quanto armados, no quesito de promover segurança à sua população.

Depois de mais de uma década de conflito, a liderança do movimento se estabelece definitivamente no Norte nas mãos dos homens de Belfast – Gerry

Adams e Danny Morrison – e Derry – Martin McGuinness – sensíveis às necessidades do movimento, justamente por terem vivido o conflito onde ele ocorria. Após colocarem o IRA de volta em seu caminho tradicional, são surpreendidos pela revolta dos prisioneiros que haviam perdido seu *status* especial e os direitos dele provenientes.

Os protestos dos prisioneiros republicanos são um retrato dos momentos onde há coordenação (temporária) entre as agências rivais. Preocupados em manter o foco tradicional na guerra, a liderança reluta em autorizar as greves de fome, mas não tem escolha senão apoiá-las uma vez iniciadas. Os protestos são coordenados pelas duas principais organizações da época: o INLA e o IRA, que, dentro do espaço fechado das prisões e, tendo as mesmas dificuldades e privações, facilmente conseguem coordenar suas ações, ainda que as relações entre eles fosse menos consonantes do lado de fora.

Neste momento, por ser dotado de maior estrutura e melhor organização, a ação conjunta é lucrativa para o IRA que consegue ter maior projeção do que o INLA a partir dos resultados gerais dos protestos. Quando a segunda greve de fome do INLA e do IRA é iniciada, e Bobby Sands é lançado como candidato do *Sinn Féin*, pode ser observada uma coordenação ainda maior que a ocorrida no pequeno universo das prisões. Todos os candidatos nacionalistas e republicanos se retiram em apoio à candidatura de Sands.

É a primeira vez que organizações pacifistas, como o SDLP e os candidatos independentes, se unem para apoiar um membro e uma política do IRA. Quando Sands ganha as eleições e se torna o mais jovem MP da época, a agitação popular local e internacional é muito grande. E quando o governo britânico não toma atitude alguma e permite que um de seus parlamentares morra lentamente, a mobilização e apoio popular se tornam os maiores jamais vistos durante toda a história do movimento republicano: 100 mil pessoas foram às ruas para a procissão do funeral de Bobby Sands.

A partir daí, e devido à fidelidade aos princípios não-violentos, o SDLP e outras organizações que apoiaram Sands começam a se afastar do movimento, já que nada estava sendo feito para evitar as mortes e toda a mobilização popular, especialmente após o falecimento de Sands, estava sendo combatida com

brutalidade policial que geravam mais revolta e violência, o que somente ajudaria, segundo o SDLP a legitimar o IRA e o *Sinn Féin*. Desta forma, mais uma vez, graças a sua capacidade de mobilização e publicidade, o IRA consegue ser o maior beneficiário de uma agenda coordenada com o apoio de tantos grupos rivais em uma política comum. Pode ser dito que a lógica da insegurança novamente se sobressai, em relação a outras lógicas, na definição da política do movimento e as manifestações de apoio aos prisioneiros geram a desestabilidade e violência necessárias para a legitimação do IRA. Apesar de ter ido contra a liderança, preocupada com o provável desvio de foco das questões militares para questões eleitorais ou políticas não-violentas, os protestos se provaram extremamente importantes para a legitimação do IRA e agora também do *Sinn Féin* dentro do movimento republicano. Contudo, não se pode creditar a uma visão baseada somente na lógica de segurança o sucesso das campanhas das greves de fome. A proteção é um pequeno aspecto dentre tantos outros.

A política espetacular havia se provado bastante útil ao movimento, em harmonia com as rotinas invisíveis da política tecnocrata, ao contrário do que os tradicionalistas pudessem pensar. A guerra poderia ser travada nas duas frentes: armada e eleitoral. Novamente, a imaginação política dos grupos não está fixada somente na questão revolucionária por via militar. As prisões constituíam um dos principais lugares onde os voluntários eram educados na ideologia do movimento, e pode-se dizer que Bobby Sands, ao declarar que sua vingança seria o sorriso dos seus netos, tinha algo muito maior em mente. Logicamente, a ideologia pode ser rasa até mesmo na prisão, mas, os detentos que participavam dos protestos não estavam preocupados somente com o cerceamento da sua capacidade de organização dentro das prisões e a perda de seus direitos.

Para a liderança, do lado de fora das penitenciárias, o que mais pode ser trabalhado com os protestos dos prisioneiros era relacionado à briga por legitimidade e autoridade. As questões relacionadas à guerra e a revitalização da força armada eram mais importantes, contudo, a luta dos prisioneiros contra a deslegitimação advinda da retirada do seu *status* especial poderia ser útil para o movimento como um todo, como foi provado com a eleição de Bobby Sands. Este sucesso eleitoral elevou o *Sinn Féin* a um patamar praticamente igual ao do IRA na definição da agenda do movimento, e abriu caminho para as futuras políticas

de fim do abstencionismo e participação efetiva nos governos local, britânico e irlandês – nada mais próximo do reformismo e longe do revolucionário.

Procurando deslegitimar o movimento, o governo britânico, ao invés de seguir uma política abertamente excepcionalista, como a maioria das administrações anteriores, passou a não tratá-los como grande ameaça terrorista, associada a movimentos revolucionários, ligando-os, sim, a uma interpretação de terrorismo ainda mais deslegitimadora, a conectada a reles criminalidade, varrendo a excepcionalidade das suas ações para baixo do tapete, de maneira não oficial e mais discreta.

Uma análise que não parte do pressuposto de que grupos como o IRA são unitários permite um amplo entendimento de suas práticas, que não são muito diferentes das práticas estatais. Desta forma, procura-se evitar a despolitização de tais grupos que pode ocorrer através da deslegitimação feita por leituras estadocentristas, que só autorizam um lugar da política como legítimo, que podem chegar ao extremo de descartar como imoral tudo o que se opõe a esta noção, como é o caso defendido por inúmeras agências e ministérios de governos ao redor do planeta.

Assim, esta dissertação pretende contribuir para que aquilo que vem sendo interpretado como “terror” possa também ser interpretado como “segurança.” As narrativas sobre organizações como o Exército Republicano Irlandês, baseadas em afirmações sobre “terror” de um lado e “revolução” de outro, podem ser relidas com base em narrativas diferentes, sobre “segurança”. O que não quer dizer que a última possa substituir inequivocamente as primeiras, mas pode ajudar a jogar luz sobre diferentes aspectos de movimentos como o republicano irlandês. Ainda que as três narrativas sejam comuns, fazer uso de termos relacionados à “segurança” inferem mais legitimidade que termos relacionados ao “terror”.

Para tanto, a dissertação procurou fazer uso de alguns aspectos inspirados na teoria de Jef Huysmans em uma leitura onde um dos aspectos do IRA é mais relacionado a uma agência de segurança e aos processos sociopolíticos onde se inscreve, e não um ator unitário, apontando para uma direção que talvez possa mostrar como uma mudança do uso de narrativas do “terror” para narrativas de “segurança” pode remodelar a relação entre legitimidade e violência, tanto no que

diz respeito ao IRA quanto ao Estado, mas uma análise desta envergadura não poderia ser feita aqui, apenas um recorte dentro desta análise ideal. Não se trata simplesmente de uma questão sobre a história de quem é contada, mas de como formas específicas de narrativas e análises acabam por definir o que conta como violência legítima. Desta forma, organizações como o IRA também podem ser analisadas enquanto organizações que gozam de legitimidade perante uma população e não necessariamente partindo do pressuposto de sua ilegitimidade.

Uma análise que seria importante ser feita, e que será realizada em trabalhos futuros, é a análise de como o movimento republicano ultrapassar a lógica de segurança e inicia sua participação ativa a favor do processo de paz na Irlanda do Norte, se inserindo efetivamente no jogo eleitoral-administrativo dando legitimidade às instituições que antes eram tidas como ilegítimas sem, com isso, provocar um grande racha no movimento. Naturalmente este tipo de análise não poderia ser feita se levando em conta somente um aspecto (de segurança) do IRA, já que este está longe de ser o único. O contexto global, as restrições e oportunidades estratégicas do movimento e o contexto local bem como as relações internas ao movimento devem ser levadas em conta.

De qualquer forma, em se focando somente em competições internas, uma manobra destas indicaria que o resultado da competição interna entre *Sinn Féin* e IRA foi definitivamente positivo ao partido, à medida que a continuidade da luta armada se tornava cada vez mais difícil, principalmente com a escalada do terrorismo radical islâmico da Al Qaeda e afins. A liderança soube se aproveitar ou soube contornar este gradual deslegitimação do uso político da violência enquanto se inseria, cada vez mais, no jogo partidário local: o fortalecimento do *Sinn Féin*, que se iniciou com a eleição de Bobby Sands, se consolida com a declaração histórica do IRA, no ano de 2005, do fim da luta armada.

Outro aspecto a ser observado é como a liderança do movimento consegue justificar as derrotas (ou, ao menos, as óbvias não-vitórias) do IRA, cujo dever era continuar a guerra até o fim do domínio britânico na ilha e a união de toda a Irlanda, formando uma república de 33 condados. O movimento republicano se constrói enquanto vitorioso sem que nenhum destes dois objetivos básicos tenha sido alcançado, e toda menção feita ao IRA vem acompanhada do subtítulo de

“*undefeated army*” de maneira a legitimizar a entrada dos republicanos no jogo eleitoral ainda que o republicanismo tenha sido deixado de lado. Mais uma vez, esta mudança não pode ser analisada simplesmente a partir de competições internas, mas este pode ser um dos ângulos que influenciam neste jogo complexo que ainda está longe de terminar.